

Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

## Instrumentos de Avaliação no Brasil como Forma de Poder: o ENEM discutido de forma crítica.

José Wellington da Costa Silva<sup>1</sup>, Julio Cesar Menezes Borges<sup>2</sup>; Moema Setubal de Souza<sup>3</sup>; Regina Célia Luz Vieira de Moraes<sup>4</sup>.

**Resumo** – Este artigo tem como objetivo promover a discussão sobre o uso de instrumentos de avaliação díspares em relação a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional e propõe utilizar as práticas freirianas em contrapartida as avaliações tradicionais. O trabalho parte da teoria de Foucault, e o poder do Estado; caracteriza a avaliação somativa e define algumas técnicas abordadas pelo livro “A pedagogia da autonomia” de Paulo Freire. Nas considerações finais é demonstrado de forma crítica o contraponto entre as teorias apresentadas.

**Palavras-chave:** ENEM, avaliação, construtivismo.

**Abstract** – This paper aims to promote the discussion about the use of disparate instruments of evaluation in relation to the Lei de Diretrizes e Bases of national education and proposes to use the Freiriana's practices in counterpart to the traditional evaluations. The work starts from Foucault's theory, and the power of the state; Characterizes the summative evaluation and defines some techniques approached by the book "The pedagogy of the autonomy" of Paulo Freire. In the final considerations, the counterpoint between the presented theories is critically demonstrated.

**Keywords:** ENEM, evaluation, constructivism.

---

<sup>1</sup> Escola Técnica Estadual de Itanhaém, email: jwell70@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Escola Técnica Estadual de Itanhaém, email: ecolojubio91@gmail.com

<sup>3</sup> Escola Técnica Estadual de Itanhaém, email: moemasetubal@gmail.com

<sup>4</sup> Escola Técnica Estadual de Itanhaém, email: joninaluzvieirademorais@gmail.com

**Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos****1. Introdução**

Este trabalho visa analisar de forma crítica o poder que o Estado exerce por meio de instrumentos de avaliação instituídos pelo sistema educacional brasileiro. Nosso foco será o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dado a sua importância perante aos que visam ser inseridos em uma vida acadêmica por meio de instituições de ensino superior, e a diferença conceitual e epistemológica desse instrumento com relação a proposta formativa e construtivista em contrapartida ao método somativo e classificatório ao qual é estruturado e aplicado.

Inicia-se com as definições apresentadas por Foucault e a forma como o Estado exerce seu poder perante a sociedade, por meio dos sistemas educacionais.

Caracterizou-se também as diferenças entre as avaliações e exames, e como a função somativa permeia nosso objeto de estudo, ao ponto de ser a nomenclatura do mesmo, explicitando um conceito do qual, por definição, não deveria fazer parte de uma avaliação formativa.

Outra análise, explicita o uso de instrumentos de avaliação na visão construtivista, tendo por base os conceitos freirianos, principalmente o disposto no livro “A pedagogia da autonomia”. Preceitos esses defendidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que regulariza o sistema de ensino no Brasil e aborda a mudança da visão para um processo mais humanizado na educação. O objetivo é fundamentado nos conceitos expostos, cujo problema é: por que no Brasil utilizamos um instrumento de avaliação quantitativo, tal como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em contrapartida as teorias construtivistas Freirianas?

**2. Referencial Teórico****2.1 Foucault e o poder do Estado**

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, analisou o poder em sua obra “Microfísica do poder”, de modo que a máxima disposição autoritária se exerce nos sistemas societários e em suas relações interpessoais, cujas relações criam entre os indivíduos pequenas ilhas de poder e de dominações entre elas e essas relações embrenham-se aos demais membros da sociedade. Para este pensador o poder é onipresente e os governos a utilizam de diversas formas e a mais gritante é na educação de seu povo. Assim, a educação, longe de ser concebida como harmoniosa e transparente, é multifacetada por interesses antagônicos de classes, sempre reunidas por um fim comum, não necessariamente e coletivamente nobre.

### Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos

Foucault, partindo de seu livro “Vigiar e Punir (1975)”, nos passa em sua obra “Nascimento da Biopolítica (1978/79)” e “Microfísica do Poder (1979)”, a se colocar a crer em uma genealogia do poder, uma prova das relações entre saber e poder, ciência e dominação, puro controle, na formação da sociedade contemporânea e parte da constatação de que o poder é exercido na sociedade não apenas através do Estado e das autoridades formalmente constituídas. Diante desta perspectiva, o papel da educação como fonte e forma de poder totalitário. Fonte por ser uma das causas de formação e revelação das normas sociais de dominação. Forma por se tratar de uma noção responsável pela motivação de um dado conteúdo, embora tal motivação não nasça necessariamente de uma experiência empírica, mas sim, por assim dizer, de uma experiência mental. Assim, a escola passa a ser vista dentro de uma conotação sociopolítica. Social por estudar o homem e seus fenômenos coletivos, em suas relações de interdependência, buscando compreender a simplicidade de suas ações e reações.

Atentando, ALTHUSSER (1985), sobre os conteúdos a respeito dos aparelhos ideológicos de estado, leva em consideração que a escola tem uma função bastante específica na categorização das relações de exploração social. Exprimir-se detalhadamente da seguinte maneira:

[...] é pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores.

Vejamos um exemplo da predominância da classe menos favorecidas nessa categorização:

**Imagem 1: Inscritos no ENEM por faixa de renda familiar**

Faixas de Renda (em unidades de salários mínimos)	2011		2012		Variação de 2011 a 2012 (%)
	n	%	n	%	
Nenhuma renda	106.392	2,0	107.681	1,9	1,2
Até 1	1.142.359	21,2	1.574.784	27,2	37,9
Mais de 1 até 1,5	1.430.344	26,6	1.131.129	19,5	-20,9
Mais de 1,5 até 2	1.548.052	28,8	991.602	17,1	-35,9
Mais de 2 até 5	552.880	10,3	1.416.591	24,5	156,2
Mais de 5 até 7	228.219	4,2	208.163	3,6	-8,8
Mais de 7 até 10	150.692	2,8	171.473	3,0	13,8
Mais de 10 até 12	65.283	1,2	48.036	0,8	-26,4
Mais de 12 até 15	55.602	1,0	43.208	0,7	-22,3
Acima de 15	87.125	1,6	98.398	1,7	12,9
Sem resposta	13.908	0,3	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.380.856</b>	<b>100,0</b>	<b>5.791.065</b>	<b>100,0</b>	<b>7,6</b>

Fonte: Microdados ENEM 2011-2012 (Inep, 2012; 2013). In BRASIL (2015).p.42.

**Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos**

Em 2012, mais de 65% dos participantes do ENEM pertenciam a classe C e D. Um exemplo claro dessa reprodução, e como os instrumentos de avaliação instituídos por um sistema de avaliação educacional tradicional podem facilitar a relação de poder do Estado.

**2.2 Instrumento de avaliação do sistema educacional e avaliação somativa.**

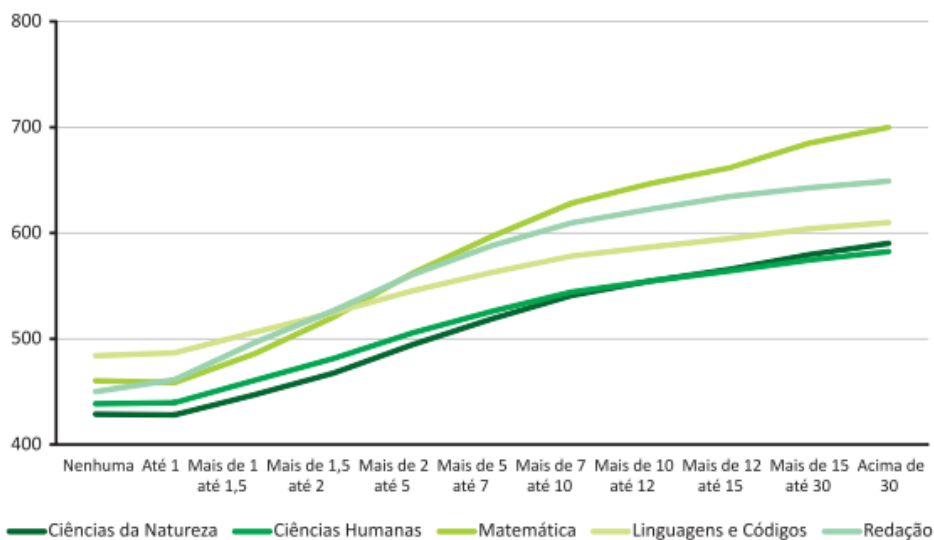
Pode-se iniciar pela diferença entre o conceito do ato de avaliar e examinar. A avaliação segundo Luckesi (2003) tem como característica o acompanhamento da evolução dos avaliados e suas variações, diferente do exame que apenas demonstra um estado ao final de um ciclo de aprendizagem. Em um processo de examinação, os sistemas educacionais têm como objetivo mensurar e classificar o objeto, padronizando e enfatizando os resultados a serem alcançados; nesse contexto que a avaliação somativa ou classificatória está inserida. Definida como uma de suas funções, a avaliação somativa tem como base principal seu caráter controlador e por consequência torna-se uma forma de poder. Há necessidade da constituição e escolha de um processo de avaliação em qualquer sistema educacional, mas a discrepância entre as práticas e processos adotados e suas metodologias é clara no sistema adotado no Brasil e em um de seus principais instrumentos de avaliação, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Instituído em 1998 durante a gestão do ministro da educação Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso, tem como principal objetivo avaliar anualmente o aprendizado dos alunos do ensino médio em todo o país para auxiliar o ministério na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria do ensino brasileiro por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Educação Básica, promovendo constantemente alterações nos mesmos, conforme indicasse o cruzamento de dados e pesquisas. Foi a primeira iniciativa de avaliação geral do sistema de ensino implantado no Brasil. O primeiro modelo de prova do Enem, utilizado entre 1998 e 2008, tinha 63 questões aplicadas em um dia de prova. Na época servia para ingresso em cursos superiores no caso de candidatos que, com a nota do exame, se inscrevessem para conseguir bolsa de estudo em faculdades particulares pelo ProUni. Em 2009, o ministro da educação Fernando Haddad no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, introduz um novo modelo de prova para o Enem, com a proposta de unificar os vestibulares das universidades federais brasileiras. O novo Enem passou a ser aplicado em dois dias de prova, contendo 180 questões objetivas e uma questão de redação, sendo utilizado como exame de acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras por meio do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). Por meio do SiSU, os alunos poderiam se inscrever para as vagas disponíveis nas universidades brasileiras participantes do sistema. A utilização do Enem e do SiSU pelas universidades brasileiras é opcional, algumas universidades ainda utilizam concursos vestibulares próprios para seleção dos candidatos às vagas.

**Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos**

Ele propõe mensurar modalidades estruturais da inteligência. Por definição este instrumento segue características construtivistas, como descrito no artigo 2º na Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998:

“O ENEM, que se constituirá de uma prova de múltipla escolha e uma redação, avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame”.

Quando se diz que o instrumento avaliará a aprendizagem ao longo do processo evolutivo do candidato, pode-se considerar como um instrumento de avaliação formativa, cujo o mesmo, visa acompanhar todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem analisando de forma construtivista esses resultados. Bem diferente da própria designação do termo “exame” da presente avaliação, que como foi explicitado no início do texto, não possui essa finalidade. Até o formato de divulgação dos resultados obtidos no ENEM demonstra essa diferença. É pertinente também analisar a ligação direta da renda familiar com o desempenho do candidato, assim como a imagem abaixo demonstra:

**Imagem 2: Resultados por renda familiar**

Fonte: BRASIL (2015).p.55

A diferença entre as classes menos favorecidas chega próximo aos 200 pontos. Aclarando a situação sobre a formação do candidato de classe social mais baixa em relação aqueles que possuem uma renda mais alta. Impossibilitando por vezes, a oportunidades provindas do exame.

**Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos****2.3 Paulo Freire e a pedagogia da autonomia**

Segundo Agnoluzzo (2007), os processos educativos envolvem ações avaliativas que se caracterizam apenas por medir, verificar e classificar os alunos em um período da sua etapa educativa, porém coloca-se em dúvida a efetividade dessas ações, uma vez que nesse formato os processos avaliativos podem possuir um *status* punitivo, servindo muitas vezes apenas como um instrumento de controle, o que se contrapõe aos objetivos que são triar os conhecimentos adquiridos, entretanto surgem novas vertentes de estudos que objetivam reverter a ineficácia das proposições anteriores, pressupondo uma melhor qualidade nos resultados e como eles serão obtidos, por meio de avaliações diagnósticas, contínuas, que devem ser continuamente encabeçadas por professores e escolas, bem como a reformulação das práticas pedagógicas.

A educação libertadora, prática da nova pedagogia de Paulo Freire, preconiza a humanização dos processos educacionais, permitindo a percepção do ambiente na formação do posicionamento crítico-problematizador frente a uma realidade social, pela qual os indivíduos reagem e interagem com o mundo ao seu redor, através da construção e desconstrução contínua que terminam por moldar uma nova estrutura social pelas ações surgidas de novas necessidades, frente a prática tradicional, que se traduz em uma educação bancária, crítica de Freire, na qual professores retransmitem os conhecimentos e os alunos decoram e repetem os conhecimentos acumulados (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

Pela prática de Paulo Freire, os homens necessitam construir os seus conhecimentos junto a conteúdos adquiridos em processos de possam permitir diálogos críticos (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

Para Brito et al (2010), a pedagogia da autonomia visa a reestruturação docente que devem buscar novos métodos investigativos de conhecimentos, fazendo-se necessário também a adaptação dos instrumentos de avaliação, pela qual não há prática sem teoria, frente as necessidades dos alunos, buscando a construção de uma autonomia reflexiva, que leve em conta os conhecimentos empíricos que os mesmos trazem como bagagem inicial, apresentando o professor como um norteador do processo ensino-aprendizagem, o que leva os alunos a busca pelos conhecimentos significativos, como um reflexo das suas ações integradas a sociedade na qual fazem parte.

A avaliação é um processo subjetivo, ao resumi-lo apenas em dados informativos sobre desempenho torna-o falho e inflexível.

**3. Discussão**

Toma-se como principal fator crítico do instrumento de avaliação adotado pelo sistema educacional brasileiro a discrepância em relação as práticas pedagógicas adotadas e difundidas pela própria LDB (Lei de diretrizes e bases) e as instituições de ensino, em contrapartida ao formato de avaliação (ou seria

**Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos**

examinação) utilizado no ENEM. Apesar de seu formato considerar a resolução de problemas cotidianos e divulgar a possibilidade de ascensão acadêmica no sistema, independente da classe social, sua ação de segregação, punição e controle é visível. Pode-se afirmar que a mesma estrutura educacional que promove a formação de um cidadão engajado e competente e o lança ao mercado de trabalho, é a mesma que os classifica e os pune. E de acordo com a visão freiriana a primeira é redentora e a segunda é opressora. Cabe uma reflexão mais aprofundada do formato de equidade dos instrumentos de avaliação aplicados e a essência de seu sistema educacional.

A resposta a problemática apresentada é explícita ao confrontar a própria nomenclatura atribuída ao ENEM e o processo de classificação imposto por meio de pontuação excludente (indivíduos que não atingem a média não podem ter acesso aos benefícios oferecidos pela União). Sendo assim, a difusão das ideias construtivistas de forma mais efetiva poderá em um futuro próximo quebrar alguns paradigmas e dogmas no âmbito da educação brasileira e agregar conceitos mais fortes e efetivos em relação aos resultados apresentados em relação aos dias de hoje.

**4. Considerações finais**

É possível perceber na discussão do trabalho, a necessidade de reformulação dos instrumentos de avaliação do nosso sistema educacional, equalizando as disparidades entre os preceitos definidos (na LDB) e as práticas adotadas. Vários países ao longo do globo, já iniciaram um processo de reformulação de toda a estrutura do sistema, e dentro dele a forma como as avaliações são aplicadas. A oportunidade para uma difusão e uma maior discussão sobre o tema deve ser maior e mais abrangente, além dos âmbitos e limites acadêmicos, e o presente trabalho tem como objetivo promover e iniciar estas reflexões.

**Referências**

AGNOLUZZO; E.A.de M.M.D. Critérios e instrumentos avaliativos – reflexo de uma aprendizagem significativa. Programa de Desenvolvimento Educacional, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/142-4.pdf>>. Acessado em 12 jul.2017.

ASSIS, Cristiano Mauro Gomes, BORGES, Oto. O Enem é uma avaliação educacional construtivista? Um estudo de validade de construto. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1468/1468.pdf>>. Acesso em 11 jul.2017.

**Saberes e práticas contemporâneas em gestão e inovação na Educação Profissional e em Sistemas Produtivos**

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório pedagógico: Enem 2011-2012. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, MEC/SEMTEC, 1997.

BRITO; A.A.M. et al. Pedagogia da autonomia. Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Estadual do Piauí, UESPI, 2010. Disponível: <<http://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/PRODUCAO/Ciencias%20da%20Educacao/PEDAGOGIA%20DA%20AUTONOMIA.pdf>>. Acesso em: 12 jul.2017.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a Avaliação Escolar. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf>>. Acesso em 12 jul.2017.

FREIRE, Paulo. A pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>>. Acesso em 11 jul.2017.

MENEZES; M.G. de; Santiago; M.E. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072014000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=p)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MERLO, Javier Numan Caballero. Sociología aplicada a la realidad social del Paraguay. Assunción: Litocolor SLR, 2011.